

Participação política feminina em cargos públicos decisórios municipais: um estudo de caso

Gisele de Cássia Galvão Ruaro
Guilhermo Alfredo Johnson
Flávio Ramos

Resumo: Este estudo analisa a participação da mulher no primeiro escalão na gestão pública municipal de Blumenau (Santa Catarina), ensaiando comparação das gestões de 2000 e 2006. A escolha das duas experiências deve-se ao fato da primeira ter sido exercida por um partido considerado de esquerda (PT) e a segunda por um partido de direita (PFL – hoje DEM).

Palavras-chave: Participação Política. Gênero. Administração Pública.

Abstract: The study analyzes the woman's participation in the first level in the municipal public administration of Blumenau (Santa Catarina) based in the comparison of the administrations of 2000 and 2006. The choice of the two experiences is due to the fact of the first was exercised by a party considered left (PT) and the second one by a right party (PFL – today DEM).

Keywords: Political Participation. Gender. Public Administration.

Gisele de Cássia Galvão Ruaro. Assistente Social e Mestre em Gestão de Políticas Públicas (UNIVALI). gisele_ruaro@hotmail.com

Guilhermo Alfredo Johnson. Psicólogo e Doutor em Sociologia Política (UDSC). guijohnson@uol.com.br

Flávio Ramos. Economista e Doutor em Sociologia Política (UFSC). flauni@univali.br.

Texto recebido em 17/09/2009.

Introdução

A participação social da mulher vem se consolidando como importante espaço de compreensão das transformações políticas e econômicas na contemporaneidade. Tendo a compreensão de se tratar do processo de construção da participação feminina nas arenas políticas, nesta investigação, nos ocupamos de verificar a dimensão e intensidade do poder que as mulheres desempenham no espaço estatal. Assim, ao mencionar cargos públicos decisórios estamos nos referindo aos postos no poder executivo e legislativo nos quais as mulheres exercem a possibilidade de interferir diretamente nos rumos da sociedade.

O estudo analisa a participação da mulher no primeiro escalão na gestão pública municipal na cidade de Blumenau (Santa Catarina), com abordagem comparativa entre as duas gestões no período de 2000 a 2006. O escopo temporal de uma gestão partidária completa e outra somente a primeira metade baseia-se meramente na exequibilidade da presente investigação.

A escolha das duas experiências de administração municipal reside no fato da primeira ter sido exercida por um partido considerado de esquerda (Partido dos Trabalhadores) e a segunda por um partido de direita (Partido da Frente Liberal – atual Democratas). Embora no Brasil e no mundo as ideologias políticas estejam em questionamento, entendemos que esquerda e direita ainda proporcionam discursos distintos e algumas práticas com diferenças substantivas. A direita preserva seus fundamentos teóricos básicos, como o livre mercado e a não intervenção do Estado na economia e na sociedade; e a esquerda, na atualidade, defende direitos sociais e uma significativa predisposição às políticas econômicas distributivas¹.

A investigação apresenta dados quantitativos, relativos ao desempenho das funções executivas no governo municipal, como o número de mulheres que ocuparam o primeiro escalão exercendo o cargo de Secretárias por indicação do Executivo municipal e de mulheres eleitas para funções representativas em

¹ BOBBIO, N. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: UNESP, 1995; GIDDENS, A. *Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical*. São Paulo: UNESP, 1996.

nível local no período. Os discursos dos gestores públicos são analisados no trabalho. Para tal, foram entrevistados os prefeitos em exercício assim como as mulheres que desempenharam cargos executivos e as mulheres eleitas pelo sufrágio em nível municipal.

A esquerda, historicamente, sempre esteve na vanguarda da defesa dos direitos da mulher. A proposta deste trabalho, portanto, apesar dos limites inerentes ao recorte estabelecido, é analisar se no município de Blumenau (SC) tal hipótese se comprova. As possíveis generalizações devem ser cuidadosas, pois o escopo da pesquisa é limitado por um recorte geográfico e temporal.

A pesquisa com gestores em nível local

Dia 2 de setembro de 1850 é a data da fundação de Blumenau, chegando à categoria de Município. Blumenau logo foi despontando no cenário industrial, político, cultural e turístico, tendo passado até os dias de hoje, por 44 administradores e prefeitos. Para a Prefeitura de Blumenau já foram reeleitos prefeitos, assim como membros da mesma família em períodos diferentes, mas, até a última eleição para o Executivo Municipal de Blumenau, em 2004, nenhuma mulher foi eleita para esse cargo.

A pesquisa sustenta-se em duas perspectivas metodológicas. A primeira é uma abordagem comparativa entre as duas gestões públicas na cidade de Blumenau (SC), no período de 2000 a 2006, apresentando num primeiro momento, dados quantitativos sobre a ocupação de cargos do primeiro escalão no governo municipal em duas gestões de partidos políticos com tradições distintas (PT e PFL). Num segundo momento, a partir de informações qualitativas decorrentes de entrevistas, analisamos o discurso dos gestores públicos da administração local na interpretação da questão de gênero no espaço público decisório e, principalmente, como as próprias mulheres se perceberam e/ou percebem no papel de gestoras, ocupando cargos de relevância política e organizacional.

Dimensão da representação municipal de gênero

É importante, inicialmente, expressar quantitativamente a participação das mulheres no secretariado municipal nas gestões do Partido dos Trabalhadores (2000-2004) e do Partido da Frente Liberal (2004-2006).

Com os resultados absolutos ou percentuais deste indicador, pretendeu-se apontar para uma maior ou menor atenção às questões de gênero e a questão de respeito às capacidades do gênero feminino. Consideramos que a participação em maior número da mulher na gestão pública reflete, diretamente, na melhora da qualidade desta gestão.

Tabela 1. Secretários municipais por gênero de Blumenau

PARTIDO	PERÍODO	HOMENS	MULHERES	TOTAL
PT	2000/2004	19	03	22
PFL	2005-	16	04	20

Fonte: Os autores

Com os dados apresentados na tabela acima, pode-se perceber o quanto ainda é forte a questão da desigualdade de gênero ou, no mínimo, desproporcional, a ocupação dos cargos públicos por mulheres, se fizermos uma comparação com a porcentagem que constitui a população feminina: aproximadamente 50%. As mulheres ocuparam apenas 9,5% dos cargos no período 2000/2004, e ocupam 20% a partir da nova gestão em 2005 (sendo que diminui para 10% em 2007). Com análise baseada na premissa da lei de cotas de 1995, alterada em 2000, que prevê a representação de gênero em no mínimo 30% nos partidos, pressupõe-se tanto a ocupação dos cargos eletivos como os cargos políticos do quadro administrativo do governo e verifica-se que: os números são tímidos, e não correspondem ainda ao espaço necessário a fim de que as mulheres possam contribuir para a construção de uma representação política mais equitativa.

É importante ressaltar que, para o período atual, somente uma mulher foi eleita para a casa legis-

lativa. Ou seja, uma única vereadora de um partido de esquerda, para o período de 2005-2008, representando 5,5%, coincidindo com o período administrado pela coligação de direita. No ano de 2007, mais uma mulher que ocupava uma suplência de um partido de direita coligado com o governo atual, assumiu uma das cadeiras do legislativo. Com os dados de mulheres eleitas colhidos, pretende-se demonstrar que, o cumprimento da lei de cotas é atendido de forma superficial, sem haver um comprometimento sério dos partidos em colocar à disposição da sociedade para o pleito, candidatas com condições reais de vitória, preparadas e conscientes de seu papel na comunidade².

Os gestores e a representação política feminina em nível local

Com o objetivo precípuo de obter informações que auxiliem na formulação de indicadores qualitativos foi realizado um conjunto de entrevistas com gestores públicos locais, procedendo, a seguir de uma análise essencialmente descritiva.

No total, foram encaminhados por e-mail dez questionários no período de 9 de abril a 16 de maio de 2007, obtendo-se retorno de sete respondidos, sendo quatro da gestão de 2000 a 2004 e três de 2004 a 2006. Da gestão do partido de esquerda: um ex-prefeito, uma ex-secretária municipal e atual deputada estadual, uma ex-secretária municipal e atual vereadora e um ex-secretário municipal. Da gestão do partido de direita: um secretário municipal, uma secretária municipal e uma presidente de fundação municipal.

Para os entrevistados foram realizadas três questões, sendo que as gestoras foram inquiridas reflexivamente sobre a sua atuação política. Visando facilitar a análise dos discursos recorreremos a nomenclaturas E1, E2, E3... , para identificar os entrevistados.

A seguir procede-se à análise das informações coletadas.

² MIGUEL, L. F. Teoria política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 44, out. 2000, p. 91-102.

Distribuição dos cargos do Executivo Municipal por gênero

Um ex-prefeito de Blumenau (SC) justifica que, historicamente, os cargos públicos são majoritariamente ocupados pelo gênero masculino, ressaltando a participação ainda recente da mulher no meio político: “[...] A participação das mulheres em cargos públicos, em nossa história política ainda é recente e se reflete também na esfera municipal”. (E1)

Uma ex-secretária municipal, atual deputada estadual, ressalta que a representatividade do gênero feminino no âmbito municipal também é pequena, atribuindo ao contexto histórico que o espaço político sempre pertenceu ao gênero masculino. Reflete, ainda, que não há grandes perspectivas de crescimento da participação da mulher para que seja considerado relevante.

Destaca-se que o cenário da sub-representação política das mulheres é mundial, com média de 16,8% de mulheres nas Câmaras dos Deputados ou Câmara Baixa, no conjunto dos países que têm Poder Legislativo. No poder Executivo Municipal, a que você se refere, infelizmente é diferente. Embora essa realidade atinja quase todos os países, o Brasil ocupa uma das piores posições no ranking e, em Santa Catarina, é ainda pior, continua a passos lentos. Essa realidade tem um viés histórico: política como sendo coisa de homem. É preciso repensar esta realidade, a partir das lutas das mulheres em nosso país e Estado (E2).

Outra entrevistada, ex-secretária municipal e atual vereadora apresenta, igualmente, uma visão bastante rigorosa sobre questões de gênero e política, pois ressalta a diferença “escandalosa” entre homens e mulheres em cargos de comando e liderança. Interessante observar também, que a entrevistada analisa os partidos políticos como “verdadeiros feudos”³.

[...] O mundo masculino ainda detém o discurso político. Os partidos políticos continuam sendo verdadeiros feudos masculinos, verdadeiros retratos da sociedade patriarcal [...] por tudo aquilo que representa a manu-

³ Debate em torno dessa temática pode ser encontrado em PINTO, C. R. J. Participação (Representação?) política da mulher no Brasil: limites e perspectivas. In: SAFFIOTI, H. I. B. e MUÑOZ-VARGAS, M. (Org.). *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994. p.195-230.

tenção do patriarcado e do machismo. O poder e a decisão, principalmente nos espaços públicos, ficam com o masculino para garantir a soberania e o controle que tem seu DNA na divisão sexual do trabalho. Esta ideologia [...], com suas relações e papéis construídos, tem nos espaços públicos de poder e decisão, aquele que representa sua perpetuação. Isto também ocorre nas escolas e famílias. Os espaços políticos de decisão e de poder, a escola e a família são, com certeza, o triângulo da milenar perpetuação desta desigualdade e opressão entre homens e mulheres (E3).

Reforçando esta situação parte considerável das mulheres contribuem para perpetuar este cenário, tornando-se algozes co-partícipes da dominação masculina. Apesar disto, o movimento de mulheres, da década de 90, foi um marco em questões de conquistas de direitos sociais, pois, além de participar ativamente da Constituinte, entre tantos avanços é necessário destacar as cotas por sexo para as eleições, o registro da paternidade, entre outras tantas.

Mas, a consolidação no texto constitucional de leis que asseguram a igualdade de direitos e obrigações para homens e mulheres, transformou o movimento de mulheres em um forte interlocutor com o os poderes do Estado. Consoante com a entrevistada, é possível afirmar que perante a persistência da opressão e desigualdades decorrentes das relações de gênero tornam-se imperiosas as “intervenções públicas de caráter estrutural”⁴, na tentativa de incentivar a transformação dos valores e da cultura política predominante nas relações sociais⁵.

O ex-prefeito parece ter opiniões diferentes de sua ex-secretaria municipal, pois o mesmo concorda que ainda é pequena a participação das mulheres nas esferas municipais, estaduais e federais. Mas, no exercício do poder executivo local não conseguiu mudar essa realidade, sendo de um partido que manifestamente diz apoiar o feminismo, os movimentos populares, e as causas dos direitos femininos.

Um atual secretário municipal, ao explicar a pouca presença feminina na esfera pública em Blumenau, desenvolveu a seguinte reflexão:

⁴ RODRIGUES, A. Construindo a perspectiva de gênero na legislação e nas políticas públicas. *CFEMEA*, Caderno 12: Estudos de Gênero, Goiânia, 2003, p. 2.

⁵ RODRIGUES, A. As mulheres e a política: uma análise de gênero e etnia no espaço da política, *CFEMEA*, jul. 2005, p. 2.

Na realidade, não vejo relação direta com o gênero (masculino ou feminino). Acredito que os homens estão mais ligados a estas atividades públicas, em virtude do próprio envolvimento nesta área, ao longo dos últimos tempos. Porém, observa-se que, já há um grande despertar das mulheres neste meio e que, a médio prazo, este quadro deva se equiparar. Outro fator é o próprio envolvimento das mulheres com o mercado de trabalho. Apenas há poucos anos, é que vem se reconfigurando esta realidade e, da mesma forma, a médio prazo deve haver um equilíbrio (E5).

Nessa argumentação presenciamos a persistência da afirmação machista, o que torna-se preocupante quando se percebe ser essa a visão ainda de muitas mulheres, em parte causada pelo domínio masculino, mas em grande parte causada pela ainda incipiente mobilização feminina.

Uma secretária municipal argumenta que, apesar de a mulher estar conquistando paulatinamente considerável espaço na esfera pública empresarial, o mesmo não acontece na esfera pública de governo, fato que ela atribui à difícil compatibilização dos diferentes papéis femininos privados e também à atitude conservadora dos gestores⁶.

A ocupação desse espaço é recente, em alguns casos expressiva. A grande questão, em minha opinião, não está na competência profissional, mas na compatibilidade dos diferentes papéis femininos: mulher, mãe, dona de casa e profissional. Acho que depende muito do perfil do gestor. Não sinto essa diferença no dia a dia do trabalho (E6).

As diferenças de papéis entre homens e mulheres sempre existiram em nossa sociedade, mas como eram aceitas de forma passiva, não havia questionamentos. As mulheres, no Brasil, até o final da década de 1960 tinham baixa escolaridade, pouca participação no mercado de trabalho, altas taxas de fecundidade e estavam submetidas a regras impostas pelos pais, maridos, igreja, escolas, sociedade e partidos políticos⁷. Efetivamente, essas diferenças aparecem com mais ênfase nas décadas de 1970 e 1980, quando a desigualdade dos sexos começava a ser questionada por alguns segmentos da sociedade

⁶ Para uma abordagem alternativa abrangente ver: AVELAR, L. *Mulheres na elite política brasileira*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Konrad-Adenauer-Stiftung: UNESP, 2001. 188p.

⁷ PRÁ, J. R. Cidadania de gênero, capital social, empoderamento e políticas públicas no Brasil. In: BAQUERO, M. (Org.). *Reinventando a sociedade na América Latina: cultura política, gênero, exclusão e capital social*. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM): 2001, p.187.

em temas como a escolarização da mulher, seu comportamento sexual, o trabalho feminino com salários iguais para trabalhos iguais aos dos homens e o papel da mulher na família, na sociedade e na política. Neste período, as mulheres começaram a participar das lutas de classes e dos sindicatos de suas categorias, proporcionando uma maior conscientização sobre elas mesmas. Inicia-se então o movimento denominado feminismo, “[...] uma doutrina que preconiza a ampliação dos direitos e do papel da mulher na sociedade”⁸. Desde então, o termo ‘feminismo’ vem sofrendo alterações e o que ele representava nos anos 1970 já não é o mesmo de hoje e, com certeza, não representará o mesmo nos próximos anos. Até porque, podemos observar que, com o passar dos anos, as mulheres vêm construindo sua identidade coletiva, com objetivos comuns, migrando de um feminismo exacerbado de clara oposição ao sistema vigente para um movimento de ocupação do espaço que lhe é devido, com uma visão de não feminismo, mas também de não submissão. O feminismo é considerado, [...] como uma construção cultural, social e histórica que, com base biológica no sexo, determina valorativamente o masculino e o feminino na sociedade [...] O gênero também condiciona a valorização social assimétrica para homens e mulheres e a relação de poder que entre eles se estabelece⁹.

A questão de gênero abordada aqui analisa a subordinação feminina e as transformações nas relações sociais nos diferentes espaços da sociedade como: a família, a escola, a religião, os meios de comunicação, os clubes, esferas que definem os códigos de conduta dos indivíduos e que estão em constante transformação. Segundo Silveira (2002), El concepto de género refiere a la asignación social y a la valoración diferenciada de responsabilidades y roles a hombres y mujeres, que condiciona sus opciones, hábitos y desempeños. Ha reservado, prioritariamente, para el hombre, la esfera pública de la producción; y, para la mujer, la esfera privada de la reproducción y el cuidado de los otros. Es una variable socioeconómica y en ella influyen la clase social, la raza, la religión, el entorno económico, la edad, etc.¹⁰

⁸ MICHEL, A. *O feminismo: uma abordagem histórica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p.7.

⁹ CIM - COMISIÓN INTERAMERICANA DE MUJERES. *Programa Interamericano sobre a Promoção dos Direitos Humanos das Mulheres e da Equidade e Igualdade de Gênero*. Washington: Secretaría General de la Organización de los Estados Americanos/OEA, 1998, p.42.

¹⁰ SILVEIRA, S. La dimensión de género y sus aplicaciones en la relación entre juventud, formación y trabajo. Mesa V. *Simposio Latinoamericano “Los jóvenes y el trabajo: la educación frente a la exclusión social”*. México, 7-9 de junio de 2000, p.1.

Apesar da feminização do trabalho e o acentuado crescimento da inserção da mulher no mercado de trabalho formal, ainda persiste uma significativa predominância masculina. Não podemos esquecer que as mulheres têm a dupla jornada de trabalho e, desta forma, procuram empregos de tempo parcial, conseqüentemente, com baixos salários. Outro fator é que os empregadores entendem que o salário feminino é um complemento na subsistência da família. A mulher, quando consegue um emprego, não só alcança sua emancipação, mas também conquista o “direito” de lutar pelos seus direitos trabalhistas, pois passa a fazer parte do conjunto da classe trabalhadora.

Percebe-se uma diferença nas classes sociais das mulheres brasileiras, pois grande parte das mulheres de classes menos favorecidas assume o sustento da família. No Brasil, 27,5% dos lares tem nas mulheres a maior referência familiar, em termos de suporte financeiro¹¹.

Sobre a mulher e suas conquistas no mundo da política, e com as respostas dos entrevistados, consideramos que existe ainda uma grande distância a ser percorrida pela mulher na conquista da igualdade de gênero. Os entrevistados apresentaram posicionamentos distintos e, dentre eles, evidenciamos aspectos de conservadorismo do sistema vigente, inclusive por parte de algumas entrevistadas que reforçam a existência de duas esferas distintas: a pública, aos homens e a privada, às mulheres¹².

A representação de gênero no cenário político nacional

O desafio a ser enfrentado pelas mulheres, no campo político, é complexo. A presença da mulher nesse meio é considerada uma intrusão, como um “corpo estranho” no ninho masculino. A política é um jogo masculino, com regras criadas por homens. Quando elas entram, têm de dialogar com isso e parte delas vai sucumbir e jogar o jogo, enquanto outras vão tentar reinventar esse espaço. É complicado aprofundar uma interação de gênero onde ela não existe. A política é um dos últimos redutos do mundo masculino¹³.

¹¹ FLECK, A. C.; WAGNER, A. A mulher como a principal provedora do sustento econômico familiar. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v.8, num.esp., 2003, p.31-38.

¹² CUNHA, M. A. de A. Gênero no trabalho: desemprego, exclusão e precariedade. *Trabalho & Educação*, v. 6, p. 125-141. Minas Gerais: UFMG, 1999; AVELAR. *Op. cit.*

¹³ MATOS *apud* ATHAYDE, P. de. Jogo de damas. *Carta Capital*, São Paulo, n. 389, p.12-16, 19 abr. 2006, p.13.

Há que se empreender, ainda, muito esforço para se equiparar este jogo. O gênero feminino está apenas começando o diálogo e a ocupação de seu espaço de direito, isto pode ser percebido levando em consideração as lutas realizadas para as conquistas já alcançadas.

O ex-prefeito ressalta a entrada recente da mulher no cenário político como sujeito de direitos, a partir da conquista do direito ao voto em 1934. Apresenta também as conquistas das mulheres em âmbito nacional, ocupando ministérios, e em âmbito internacional, inclusive à frente de algumas nações. Neste sentido, afirma que “na esfera municipal, a Câmara de Vereadores de Blumenau conta com a participação simultânea de duas mulheres, pela primeira vez, contribuindo para a melhoria do processo democrático” (E1).

A deputada estadual ressalta que a representatividade do gênero feminino no âmbito estadual também é pequena. Afirma que, apesar da conquista de cotas, isto não se traduz em mulheres eleitas visto que, de maneira hipócrita, os partidos cumprem a obrigatoriedade da legislação, mas, não dão o apoio necessário às candidaturas femininas. Afirma que “conquistamos as cotas nos processos eleitorais, mas as desigualdades permanecem, pois os partidos não possuem políticas de formação, e não dispõem de estruturas que permitam a disputa eleitoral em condições de igualdade entre homens e mulheres” (E2).

Não podemos deixar de considerar que os partidos políticos são organizações em constante transformação, sempre procurando se adequar a atual conjuntura e à cultura política do momento, bem como ao sistema eleitoral vigente. Conforme a organização do partido, a participação das mulheres é ou não melhor aceita pelos dirigentes¹⁴.

Com o decorrer do tempo as mulheres organizaram-se em movimentos sociais, sindicais, profissionalizaram-se. Mas, como podemos observar as mulheres ainda ocupam um espaço pequeno na esfera decisória do poder governamental considerando-se sua proporção numérica na população, em torno de 50%. Os partidos políticos são instituições masculini-

¹⁴ ARAÚJO. *Op. cit.*

nas, em termos de sua direção, de seu funcionamento, de suas pautas. Embora as mulheres participem dos partidos, normalmente são excluídas de suas direções, e são preteridas no cotidiano partidário e nos processos eleitorais¹⁵.

Essa situação tem incentivado as mulheres militantes em partidos políticos a se organizar e a criar instâncias de Mulheres (Secretarias, Coordenação, Comissão) com o objetivo de incluir na pauta partidária a reivindicação dos direitos das mulheres e ampliar sua participação nos partidos e nas eleições.

A atual vereadora de Blumenau, gestão 2006-2010, constata que apesar da desigualdade de gênero na ocupação de cargos de comando nos espaços públicos na atualidade, a participação da mulher está crescendo. O que não se verifica nos espaços políticos que ainda apresentam participação muito pequena. Apresenta, também, uma visão realista e crítica da história da mulher. Relata as lutas pelo empoderamento das mesmas e os enfrentamentos já vivenciados.

Analiso, como um fator fundamental, o “empoderamento” teórico e conceitual sobre este papel imposto às mulheres e aos homens, em todos os tempos (importante a participação de Simone de Beauvoir com o livro “O Segundo Sexo”). Este empoderamento, causado principalmente pelo movimento mais revolucionário do século XX, o Movimento Feminista, permitiu a rebeldia, a resistência e as ações desafiadoras, até mesmo aos poderes constituídos, e permitiu viver um tempo mais libertário para nós mulheres, nossos filhos e filhas, netos e netas (E3).

O termo “empoderamento” das mulheres expressa basicamente o “[...] desenvolvimento de potencialidades, ao aumento de informação e ao aprimoramento de percepções, pela troca de idéias, com o objetivo de fortalecer as capacidades, as habilidades e as disposições das mulheres para o exercício legítimo do poder”¹⁶. A partir deste conceito podemos concluir que o sujeito da história pode e deve desenvolver suas habilidades, definir seus próprios planos potencializando e transmitindo esse saber a todos.

Em 1995 quando surgiu a lei de cotas reservava 20% das vagas em partidos e coligações para mu-

¹⁵ RODRIGUES, 2005. *Op. cit.*, p.2.

¹⁶ YANNOULAS, S. C. Notas para a integração de gênero na Educação Profissional. In: VOGEL, A. (Org.). *Trabalho com a diversidade no Planfor*. Raça/cor, gênero e pessoas portadoras de necessidades especiais. São Paulo: Unesp; Brasília: FLACSO do Brasil, 2001, p.83.

¹⁷ AVELAR. *Op. cit.*, p.79.

lheres. Essa lei sofreu alteração em 2000, quando foi aprovada que a representação de cada sexo deve ser no mínimo de 30% e, no máximo, de 70%. É possível vislumbrar que “as cotas de mulheres na política são parte das ações afirmativas para corrigir injustiças em relação às mulheres, no tocante ao monopólio da representação masculina representativa de determinados interesses”¹⁷.

Na perspectiva da ampliação dos espaços de participação a ex-secretária municipal, faz uma crítica ao sistema eleitoral e aos partidos políticos sobre as cotas.

As mulheres continuam, muitas vezes, candidando-se apenas para cumprir as cotas, o machismo evidencia-se, as mulheres ficam sem financiamento de campanha, não têm apoio dos companheiros, o falso moralismo as persegue, a desconfiança as assusta, fica prevalecendo que a política ainda é coisa de homem (E3).

A Presidente da Fundação refere-se à instituição das cotas como algo depreciativo, que somente fortalecerá as diferenças entre homens e mulheres, “soa como algo que não possui poder legítimo, e a mulher possui este poder” e afirma ainda que a criação das mesmas “contribuirá para alimentar a diferença entre homens e mulheres” (E7).

Apesar da lei das cotas reservar os espaços femininos, podemos perceber que se trata apenas de um jogo de cena, visto que, os partidos, efetivamente, não apóiam as candidaturas femininas com a mesma ênfase dadas às candidaturas masculinas. Verifica-se, na prática, que “as vagas para mulheres não representaram uma diminuição no número de candidatos homens. Por fim, a lei é omissa quanto à distribuição dos recursos de campanha”¹⁸, pois se vive ainda o preconceito e o estereótipo das mulheres terem nascido para as atividades domésticas, deixando para os homens as atividades políticas. No âmbito da representação política contemporânea “as mulheres candidatas a cargos eletivos têm de enfrentar o estereótipo que coloca os homens nos cargos de liderança política, reservando às mulheres o trato dos problemas domésticos”¹⁹.

Nas relações de poder, o significado do masculini-

¹⁸ MIGUEL, L. F.; QUEIROZ, C. M. de. Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, v. 14, n. 2, p.363-385. Florianópolis, CFH/UFSC, 2006, p. 366.

¹⁹ FINAMORE, C. M.; CARVALHO, J. E. C. de. Mulheres candidatas: relações entre gênero, mídia e discurso. *Revista Estudos Feministas*, v. 14, n. 2, p. 347-362. Florianópolis, CFH/UFSC, 2006, p. 353.

no e do feminino num determinado grupo social acaba representando o próprio poder político. Embora “haja muito para evoluir”, de acordo com E3, observa-se que: “pode ser constatado através do desempenho histórico das mulheres candidatas a cargos eletivos, que, de fato, vem, mesmo que vagarosamente, melhorando ao longo do tempo, tendo sofrido um expressivo crescimento durante a década de 1990”²⁰.

Características dos cargos públicos decisórios exercidos por mulheres

As áreas de maior incidência da força de trabalho feminina estão nos setores de serviço com perfil de atividades femininas. Constata-se, portanto, a restrição de participação da mulher em grande parte dos espaços de trabalho. Pois “a segmentação ocupacional de gênero reflete a concentração do emprego feminino em um número reduzido e determinado de setores e ocupações consideradas tipicamente femininas, mantendo restrito seu acesso a outras profissões e qualificações”²¹.

²⁰ HTUN, M. A política de cotas na América Latina. *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 1, p.225-230. Florianópolis, CFH/UFSC, 2001, p. 225.

²¹ ABRAMO *apud* CUNHA, M. A. de Almeida. Gênero no trabalho: desemprego, exclusão e precariedade. *Trabalho & Educação*, v. 6, p. 125-141. Minas Gerais: UFMG, 1999, p. 132.

²² CALÁS, M. B.; SMIRICH, L. Do ponto de vista da mulher: abordagens feministas em estudos organizacionais. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Org.). *Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, 1998, p. 276.

²³ *Idem*, p. 281.

Ao abordarmos as condições da mulher no mercado de trabalho, torna-se importante compreendermos com mais exatidão o conceito de gênero, assim, “entendemos ‘sexo’ como algo biologicamente definido e ‘gênero’ como sociologicamente construído, um ‘produto da socialização e vivência’”²². Importante registrar que a teoria organizacional tem se caracterizado por uma “literatura escrita por homens, para os homens e sobre os homens”²³.

A partir dos anos 1990 temos assistido ao surgimento de novos partidos políticos. Com isso, aumenta a possibilidade da mulher para conquistar novos espaços nas questões políticas partidárias, apesar de que, em alguns partidos novos e pequenos, o machismo ainda seja muito significativo. Durante os anos 1990 alguns partidos atualizaram seus estatutos ressaltando o sistema de cotas por sexo, entre esses o PT, PDT, PPS e o PV. Dessa forma, alguns partidos começaram a entender a importância das mulheres nas esferas públicas e nas construções de políticas públicas para os cidadãos e cidadãs. Nesse sentido, [...] a situação brasileira pode ser ilustrativa

dessa análise. Se observarmos o cenário das candidaturas, notamos que os partidos denominados de “nanicos” tendem a apresentar elevado percentual de candidatas quando comparados aos partidos maiores. Contudo, a elegibilidade das mulheres é muito pequena, não obstante elas somarem votos para que alguns candidatos possam eleger-se²⁴.

O ex-prefeito, ao ser questionado para expor as razões que levam a que as mulheres, quando ocupam cargos públicos decisórios, predominantemente estão relacionados com as áreas de assistência social, educação e cultura fez uma sucinta análise de sua gestão e a participação das mulheres em suas secretarias municipais.

De pouco mais de 20 secretarias municipais, durante minha gestão como prefeito de Blumenau, três foram ocupadas por mulheres, justamente nas áreas de assistência social, educação e cultura. Além das excelentes referências técnicas, as três eram filiadas a partidos da base do governo e foram responsáveis por importantes políticas públicas nessas áreas, posicionando-se como importantes interlocutoras na implantação de um governo popular, ficando à frente de suas pastas praticamente durante os oito anos de minha gestão. No segundo escalão, diversas mulheres também contribuíram para a implantação e consolidação de políticas públicas (E1).

Nas suas duas gestões a Secretaria de Assistência Social e da Educação eram pessoas pertencentes ao seu partido. Já sobre o representante da cultura realmente era filiado a um partido coligado, mas era um secretário; no segundo escalão, o cargo de maior importância, era de uma mulher. Mas, especificamente nesta pergunta, estamos nos referindo ao primeiro escalão.

A entrevistada E3 considera que o papel da mulher cuidadora do lar ainda permanece forte, influenciando nas escolhas profissionais e no desempenho dos cargos públicos.

Para a mulher, a construção ideológica de detentora do zelo, do carinho, da delicadeza, da caridade, da emoção. Tal idéia ainda está muito presente quando se escolhe a profissão e quando alguém é indicado para cargos públicos. Porém, já observa-

²⁴ ARAÚJO. *Op. cit.*, p.198.

mos este quadro com alterações significativas. Basta rever os indicadores das profissões, das tarefas já divididas, homens em trabalhos domésticos, mulheres motoristas de caminhão, apenas para ilustrar. O processo de mudança está se dando, mas é lento. Mais debates precisam estar na agenda de gênero, para discutir estes fatos históricos que determinam a manutenção da sociedade desigual (E3).

O ex-secretário municipal ressalta a importância da renovação dos partidos e suas propostas: “mas, nos partidos políticos de vanguarda (pós-modernos) e, com políticas voltadas para o futuro, as mulheres, de forma crescente, ocupam posições importantes para a civilização que vem aí” (E4).

Quanto às características das funções desempenhadas pelas mulheres nos cargos decisórios pode ser considerado paradigmático o discurso proferido por um secretário municipal em exercício [2007]. Penso que tenha relação com a própria área de formação ou de dedicação de cada um(a). Ou seja, observa-se no mercado, um maior envolvimento das mulheres nas áreas citadas, assim como se observa um maior envolvimento masculino em outras áreas. Porém, cito que, outras áreas como a da saúde, tem tido grande envolvimento feminino (E5).

Uma das entrevistadas cita que alguns governos reservam para as mulheres outras áreas de trabalho que não sejam a assistência social, educação e cultura.

Existe muita afinidade na formação feminina nestas áreas. Faço uma análise nas faculdades, cursos de assistência social e pedagogia que são predominados por alunas. Na atual gestão, as pastas da assistência social e da educação, estão sendo ocupadas por homens. E a saúde, por exemplo, por uma mulher. Pode servir como exemplo de que não existe uma regra fixa para a ocupação destes cargos (E6).

A relação da mulher no mundo privado e no mundo público, duas realidades deste século, é apresentada pela Presidente de uma Fundação: “Hoje não existem mais profissões femininas e masculinas. Mulheres lideram, constroem, fazem cirurgias de

alto risco e governam, logicamente, em número ainda muito inferior aos homens” (E7).

Nas últimas décadas foram significativos os avanços das mulheres nas conquistas de seus direitos, principalmente, no âmbito do privado. A ocupação intensiva dos espaços públicos decisórios ainda é um desafio para as organizações feministas, ainda que seja perceptível a crescente inserção feminina nos diversos espaços de exercício do poder político, com maior ênfase nas organizações civis ou privadas.

Percepção reflexiva da participação política feminina

Como podemos constatar, são muitos os avanços das mulheres no contexto da política, espaço esse, até pouco tempo, predominantemente masculino. As mulheres participaram de muitas lutas em defesa dos direitos de votar e de serem votadas, dos direitos das crianças, dos idosos, dos sem-terras, dos sem-tetos, da assistência social, das aposentadorias, entre outras tantas. Mas, ainda lutam para estabelecer igualdade de gênero na política, tendo que lutar, inclusive, contra o preconceito do próprio gênero.

[...] ainda fica faltando vencer o preconceito disseminado entre eleitores e eleitoras, que faz com que a mulher seja vista como estando deslocada no campo político, fora de seu meio 'natural', e portanto tenha menos chance de ser votada.²⁵

A atual vereadora pensa em sua ação política da mesma forma que pensa no desenvolvimento de sua família. Apresenta os seus valores da vida privada e pública.

Tenho dito que, quando nós, mulheres, ocupamos cargos de direção e de poder político, precisamos estar envolvidas com as lutas das mulheres no mundo. Não podemos correr o risco de sermos voluntaristas, machistas e preconceituosas [...] as relações de gênero construídas a partir do modelo patriarcal e machista, expressas na divisão sexual do trabalho e na constatação dos avanços e desafios [...] (E3).

²⁵ MIGUEL e QUEIROZ. *Op. cit.*, p. 365.

Uma Secretária Municipal ressalta o desafio de conciliar seus compromissos como esposa, mãe e profissional.

Tenho uma filha de 5 anos e um marido que trabalha na iniciativa privada. A imprensa demanda respostas do governo, nos finais de semana, nos feriados, à noite [...] pois a tevê, o jornal, os meios de comunicação em geral precisam produzir as notícias. Como mãe quero estar presente na educação da minha filha; como esposa, cuidar da casa e, como profissional, desempenhar um papel de excelência (E6).

A mulher, quando atinge a esfera pública, geralmente está sendo constantemente analisada e avaliada. Quando está no trabalho, não pode deixar seus problemas particulares interferirem. Da mesma forma, quando está em casa não pode deixar o cansaço abatê-la.

O papel reservado para as mulheres na política parece dever se equilibrar, como de resto todas as mulheres dedicadas às duplas jornadas de seu trabalho remunerado e às 'tarefas do dia a dia' sabem reconhecer, entre de um lado ser o político (pragmático, malicioso, individualista) e de outro ser a mulher (mãe, dona de casa, preocupada com a família).²⁶

Esta dupla jornada prepara a mulher para uma gestão pública mais ponderada, mais equilibrada, já que a administração da esfera privada encerra uma complexidade que o gênero masculino desconhece; uma experiência de gestão voltada para as questões sociais e humanas.

A Presidente de uma Fundação da Prefeitura de Blumenau, fala da sub-representação da mulher em todos os níveis de poder.

Percebo que a representação feminina ainda é bastante desigual. Sem dúvida, somos sub-representadas em todos os níveis de poder e, no mercado de trabalho, como um todo. Mas também penso que as oportunidades são para todos. Com mais ou menos esforço, todos podem ingressar na política e no mercado de trabalho em ge-

²⁶ FINAMORE e CARVALHO. *Op. cit.*, p.357.

ral. Mas, qual a importância de sermos em maior ou menor número na política ou no mercado de trabalho? A luta da mulher deve se voltar para a igualdade de direitos e para a busca da liberdade (E7).

No início a entrevistada fez uma constatação histórica real da sub-representação da mulher na esfera pública e, na seqüência, expõe involuntariamente as raízes dessa desigualdade, desvinculando a busca de mais espaço na política e no mercado de trabalho da conquista de igualdade de direitos, em uma atitude de conformismo e submissão ao “mundo masculino”.

Para que o número de mulheres filiadas aos partidos aumente, e que haja interesse das eleitoras em nelas votar, o grupo de filiadas deve organizar reflexões e estudos sobre as questões feministas, cidadania das mulheres e a igualdade de gênero, para que formem novas lideranças que possam atuar na sociedade civil, na política e na formação de novas políticas públicas. “[...] Os partidos políticos têm papel fundamental na organização das demandas institucionais para o ingresso do cidadão e da cidadã na vida política (como eleitor/a e como aspirante ao cargo eletivo) de um país”²⁷.

Considerações finais

Ao analisarmos a questão de gênero feminino e masculino nos espaços público e privado, é relevante lembrar que “A mulher não é apenas a metade da população, é mãe de toda a humanidade”²⁸. A mulher tem, portanto, um papel fundamental nesta mudança pela ampliação dos direitos do gênero feminino, pois na maioria das vezes, como presenciamos na história, é responsável pela educação dos filhos. O espaço privado não pode ser visto somente como de aprisionamento, mas também como um espaço de poder.

Analisamos as entrevistas dos sete gestores públicos (três homens e quatro mulheres), a fim de comprovar as hipóteses levantadas. Constatamos que os depoimentos apresentam certa ambigüidade. Embora as mulheres entrevistadas demonstrassem uma

²⁷ ÁLVARES, M. L. M. Mulheres em tempo de competição eleitoral: seleção de candidaturas e o perfil de candidatas(os) nas eleições parlamentares de 1998-2002. *Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais*, 29, 2005, Caxambu, MG. São Paulo: ANPOCS, 2005, p.4.

²⁸ TELES. *Op. cit.*, p.10.

melhor compreensão das dificuldades e desafios da mulher na esfera pública estatal, quatro dos entrevistados, inclusive duas mulheres, relativizaram o problema, acentuando os melhoramentos ocorridos nesses últimos anos no que diz respeito à participação da mulher na política institucional. A terceira entrevistada, ex-secretária municipal e atual vereadora desenvolveu uma reflexão mais sociológica e histórica do tema, não deixando de constatar a gravidade da condição da não-inclusão ou participação da mulher no legislativo, executivo ou judiciário.

O número de mulheres participantes da administração pública e ou em cargos eleitos no município ainda é muito pequeno, não apresentando expressividade no contexto geral que possa proporcionar dados que demonstrem avanços promovidos pelo gênero feminino na gestão pública.

O cumprimento da lei de cotas é atendido de forma superficial, sem haver um comprometimento sério dos partidos em colocar à disposição da sociedade para o pleito, candidatas com condições reais de vitória, preparadas e conscientes de seu papel na comunidade.

Em 1995, foi implantado no Brasil o sistema de cotas, tendo sofrido alterações no ano 2000. É pouco tempo para posições definitivas, mas, perante os resultados apresentados na pesquisa qualitativa e no decorrer deste trabalho, pode-se questionar a eficácia deste sistema, perante um contexto político extremamente desigual entre os sexos. Apesar das cotas serem essenciais apresentam-se insuficientes para que ocorram as mudanças necessárias no perfil das candidaturas. Os dados são incontestáveis a respeito da hipótese levantada, quando observamos o número de mulheres eleitas para as Prefeituras em Santa Catarina em 2004: 4,1% do total, sendo que no Brasil somente 7,3% desses cargos são ocupados pelo gênero feminino.

É importante ressaltar que, apesar das mulheres serem mais da metade do eleitorado brasileiro, a elas é estipulada a cota de apenas 30% das candidaturas. De alguma maneira, a consagração da reduzida participação da mulher nas esferas decisórias

ergue-se em manifestação da dicotomia entre espaços público e privado, que por sua vez condiciona o exercício de seus direitos. Acreditamos que, quando as mulheres começarem a ocupar seus espaços — de fato e de direito — no cenário político, realmente poderemos pensar em falar e discutir sobre o tema de democracia representativa. Um dos grandes desafios contemporâneos da mulher é provocar a mudança de valores e práticas discriminatórias em relação ao gênero feminino, como pressuposto para a garantia do exercício pleno da cidadania da mulher nas esferas pública e privada.

Parte das mulheres entrevistadas apresenta resultados relevantes nas respectivas administrações públicas, entretanto, de forma geral, o papel do gênero está muito aquém do que poderia oferecer. Atribuímos tal fato ao contexto partidário e, também, à atitude de alguns dos gestores que não reconhecem a importância da inserção do gênero feminino de forma mais densa na administração pública.

Tanto a administração pública quanto a mulher estão, gradativamente, somando esforços no sentido de reduzir as desigualdades de gênero, bem como todas as outras desigualdades já citadas ao longo do trabalho. Sobre esta hipótese podemos dizer que, nas respostas dos membros do partido de esquerda, aparece mais claramente este aspecto; em suas falas expressam que a participação da mulher está em crescimento e que os administradores também estão valorizando mais essa questão. Quanto às respostas dos representantes do partido de direita, um dos entrevistados nem percebe, como problema, a diferença de gênero; outra, pensa que o homem desempenha melhor as atribuições públicas por não ter compromisso com as atribuições privadas. Infelizmente, não podemos comprovar integralmente a quarta hipótese, quanto à administração do partido de direita, pois alguns gestores da administração pública atual não se manifestaram à respeito. Quanto à gestão do partido de esquerda compreendemos que, apesar dos resultados modestos, o processo de inserção do gênero na administração, bem como a busca pela redução das desigualdades está presente em suas ações.

Constatamos que as divisões dos papéis desenvolvidos por homens e mulheres tiveram origem na divisão do trabalho em que o homem é responsável pela produção e a mulher é responsável pela organização do lar. Com o processo de industrialização do sistema de produção, intensifica-se a divisão sexual do trabalho. O homem fica responsável pela produção dos valores de troca (produção social) e, à mulher, a responsabilidade pela produção dos valores de uso (serviços domésticos privados). Essa divisão sexual do trabalho galvaniza-se como a “precedência da produção de valores de troca sobre a de valores de uso, a mulher passa a trabalhar para o marido e para os filhos, e o homem trabalha para a troca e aquisição de propriedade”²⁹. Desta forma estabelecem-se, na sociedade, papéis distintos para o homem e para a mulher: “a pressão da mulher, portanto, não seria algo natural, mas determinado pela localização da mulher e do homem no sistema de produção e reprodução de sociedades determinadas”³⁰. Podemos dizer que as mulheres vêm sendo oprimidas no decorrer dos anos. O trabalho determinado ao homem se transforma em meios de produção e, o da mulher, vem carregado de valores, crenças e preconceitos impostos pela sociedade. Esta valorização do trabalho masculino acentua-se com o capitalismo que, ao mesmo tempo o fragmenta, desqualificando-o.

Concluimos o trabalho com a constatação de que, independente de se ter uma gestão de esquerda ou de direita, é ainda insignificante a participação da mulher na política institucional em Blumenau (SC). As explicações para tal fato têm raízes históricas, culturais, sociais ou sociológicas e, não poderíamos, a partir dessas constatações empíricas, relacionadas ao executivo municipal e também ao legislativo, ousar concluir em definitivo sobre as hipóteses levantadas.

A intenção do trabalho é de contribuir com o debate em torno da inserção feminina nos espaços de poder, como forma de dimensionar a consolidação da participação social e política.

²⁹ TOLEDO, C. *Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide*. 2. ed. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005, p.29.

³⁰ *Idem*, p. 31.

Referências

ABRAMO *apud* CUNHA, M. A. de Almeida. Gênero no trabalho: desemprego, exclusão e precariedade. *Trabalho & Educação*, v. 6, p. 125-141. Minas Gerais: UFMG, 1999.

ÁLVARES, M. L. M. Mulheres em tempo de competição eleitoral: seleção de candidaturas e o perfil de candidatas(os) nas eleições parlamentares de 1998-2002. *Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais*, 29, 2005, Caxambu, MG. São Paulo: ANPOCS, 2005.

AVELAR, L. *Mulheres na elite política brasileira*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Konrad-Adenauer-Stiftung: UNESP, 2001.

BOBBIO, N. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: UNESP, 1995.

CALÁS, M. B.; SMIRCICH, L. Do ponto de vista da mulher: abordagens feministas em estudos organizacionais. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Org.). *Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, 1998.

CIM – COMISIÓN INTERAMERICANA DE MUJERES. *Programa Interamericano sobre a promoção dos direitos humanos das mulheres e da equidade e igualdade de gênero*. Washington: Secretária General de la Organización de los Estados Americanos / OEA, 1998.

CUNHA, M. A. de A. Gênero no trabalho: desemprego, exclusão e precariedade. *Trabalho & Educação*, v. 6, p. 125-141. Minas Gerais: UFMG, 1999.

FINAMORE, C. M.; CARVALHO, J. E. C. de. Mulheres candidatas: relações entre gênero, mídia e discurso. *Revista Estudos Feministas*, v. 14, n. 2, p. 347-362. Florianópolis, CFH/UFSC, 2006, p. 353.

FLECK, A. C.; WAGNER, A. A mulher como a principal provedora do sustento econômico familiar. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v.8, num.esp., 2003.

GIDDENS, A. *Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical*. São Paulo: UNESP, 1996.

HTUN, M. A política de cotas na América Latina. *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 1, p.225-230. Florianópolis, CFH/UFSC, 2001.

MATOS *apud* ATHAYDE, P. de. Jogo de damas. *Carta Capital*, São Paulo, n. 389, p. 12-16, 19 abr. 2006.

MICHEL, A. *O feminismo: uma abordagem histórica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MIGUEL, L. F. Teoria política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 44, out. 2000.

MIGUEL, L. F.; QUEIROZ, C. M. de. Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, v. 14, n.2, p.363-385. Florianópolis, CFH/UFSC, 2006.

PINTO, C. R. J. Participação (Representação?) política da mulher no Brasil: limites e perspectivas. In: SAFFIOTI, H. I. B. e MUÑOZ-VARGAS, M. (Org.). *Mulher brasileira è assim*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994. p.195-230.

PRÁ, J. R. Cidadania de gênero, capital social, empoderamento e políticas públicas no Brasil. In: BAQUERO, M. (Org.). *Reinventando a sociedade na América Latina: cultura política, gênero, exclusão e capital social*. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM): 2001.

RODRIGUES, A. As mulheres e a política: uma análise de gênero e etnia no espaço da política, *CFEMEA*, jul. 2005, p. 2.

RODRIGUES, A. Construindo a perspectiva de gênero na legislação e nas políticas públicas. *CFEMEA*, Caderno 12: Estudos de Gênero, Goiânia, 2003, p.2.

SILVEIRA, S. La dimensión de género y sus aplicaciones en la relación entre juventud, formación y trabajo. Mesa V. *Simposio Latinoamericano "Los jóvenes y el trabajo: la*

educación frente a la exclusión social". México, 7-9 de junio de 2000.

TOLEDO, C. *Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide*. 2. ed. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005, p.29.

YANNOULAS, S. C. Notas para a integração de gênero na Educação Profissional. In: VOGEL, A. (Org.). *Trabalho com a diversidade no Planfor*. Raça/cor, gênero e pessoas portadoras de necessidades especiais. São Paulo: UNESP; Brasília: FLACSO do Brasil, 2001.